

09/03/2010

SEGUNDA TURMA

RECURSO ORDINÁRIO EM HABEAS CORPUS 100.404 RIO DE JANEIRO

RELATOR	: MIN. CEZAR PELUSO
RECTE.(S)	: GILSON ANTÔNIO DE SALES
RECTE.(S)	: MARCOS DUARTE GAZZANI
RECTE.(S)	: JOSÉ BRAZ MENEGATTI PENHA
ADV.(A/S)	: DELANO SANTOS CÂMARA E OUTRO(A/S)
RECDO.(A/S)	: MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
ADV.(A/S)	: PROCURADOR-GERAL DA REPÚBLICA

EMENTA: AÇÃO PENAL. Imputação, entre outros delitos, do crime de gestão fraudulenta de instituição financeira. Competência da Justiça Federal para julgar os demais delitos. Conexão. Aplicação do art. 76, III, do CPP. Deputados Estaduais. Foro especial por prerrogativa de função. Competência do Tribunal Regional Federal. Precedentes. Recurso a que se nega provimento. O Tribunal Regional Federal é competente para processar e julgar ação penal em que se imputa a deputado estadual a prática de crimes conexos a delitos de competência da Justiça Federal.

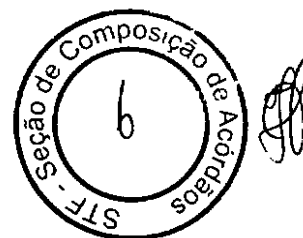
ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos estes autos, acordam os Ministros da Segunda Turma do Supremo Tribunal Federal, sob a Presidência do Senhor Ministro CEZAR PELUSO, na conformidade da ata de julgamento e das notas taquigráficas, por unanimidade de votos, em negar provimento ao recurso. Ausentes, justificadamente, neste julgamento, a Senhora Ministra ELLEN GRACIE e o Senhor Ministro JOAQUIM BARBOSA.

Brasília, 09 de março de 2010.



Ministro **CEZAR PELUSO**
Relator



09/03/2010

SEGUNDA TURMA

RECURSO ORDINÁRIO EM HABEAS CORPUS 100.404 RIO DE JANEIRO

RELATOR	: MIN. CEZAR PELUSO
RECTE.(S)	: GILSON ANTÔNIO DE SALES
RECTE.(S)	: MARCOS DUARTE GAZZANI
RECTE.(S)	: JOSÉ BRAZ MENEGATTI PENHA
ADV.(A/S)	: DELANO SANTOS CÂMARA E OUTRO(A/S)
RECDO.(A/S)	: MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
ADV.(A/S)	: PROCURADOR-GERAL DA REPÚBLICA

RELATÓRIO

O SENHOR MINISTRO CEZAR PELUSO - (Relator): Trata-se de recurso ordinário constitucional, interposto por GILSON ANTÔNIO DE SALES, MARCOS DUARTE GAZZANI e JOSÉ BRAZ MENEGATTI PENHA contra decisão do Superior Tribunal de Justiça que negou provimento ao agravo regimental interposto nos autos do **HC nº 31.051**.

Os recorrentes foram denunciados como incursos nas penas dos arts. 317, § 1º, do Código Penal, e 1º, V, c/c § 4º, da Lei nº 9.613/98, e estão sendo processados perante o Tribunal Regional Federal da 2ª Região (fls. 22-72).

Contra a decisão que recebeu a denúncia, impetrou-se *habeas corpus* ao STJ, em que se aduziu a incompetência da Justiça Federal para processar e julgar a ação penal, bem como a atipicidade dos fatos (fls. 02-21).

Em decisão monocrática, o relator do feito no STJ, Min. **NILSON NAVES**, negou seguimento ao *writ* (fls. 328-333). A defesa interpôs agravo



RHC 100.404 / RJ

regimental, insistindo na tese referente à incompetência da Justiça Federal (fls. 344-358). A Sexta Turma negou provimento ao agravo, em decisão assim ementada:

“Corrupção passiva e gestão fraudulenta (caso). Competência (discussão). Crime praticados contra o sistema financeiro nacional (conexão). Competência da Justiça Federal (reconhecimento). Agravo regimental (desprovimento).” (fl. 384).

Alega-se, em síntese, que a acusação narra fato que diz respeito a bens, valores e interesses afetos tão-somente à fazenda estadual. Sustenta-se, ademais, que o crime de gestão fraudulenta, antecedente à lavagem de dinheiro, é imputado apenas a alguns dos co-réus e que, inexistindo qualquer elemento que justifique a conexão entre todos os crimes, tais acusados devem ser julgados perante a Justiça Federal e os demais, por sua vez, perante a Corte Estadual, tendo em vista a prerrogativa de foro de que gozam os co-réus que detém o cargo de deputado estadual. (fls. 388-403).

O Ministério Público Federal opinou pelo desprovimento do recurso (fls. 442-446).

É o relatório.

RHC 100.404 / RJ**V O T O**

O SENHOR MINISTRO CEZAR PELUSO - (Relator): 1. Trata-se, aqui, de alegação idêntica àquela formulada nos autos do HC nº 91.266, também de minha relatoria, em favor de co-réus.

Sustenta-se que o feito tramita perante a Justiça Federal tão-somente pela suposta prática de crimes de gestão fraudulenta de instituição financeira. Mas, se aos demais co-réus não foi imputada a prática desses crimes, a competência para processar o feito em relação a tais acusados seria da Justiça estadual.

Convém, aqui, fazer breve relato das acusações: os fatos de que trata a ação penal em estudo são demasiado complexos, envolvendo três grupos distintos de acusados: o primeiro é formado por membros do legislativo estadual, que teriam recebido dinheiro com o fim de ajudar na eleição de determinado candidato à presidência da Assembléia Legislativa do Estado do Espírito Santo; o segundo é composto pelos diretores e procuradores da empresa Samarco, que teriam sido responsáveis pela “lavagem” do montante repassado aos deputados; o terceiro, finalmente, seria formado pelos proprietários da Corretora de Valores César Santos Neves, que teriam efetuado a movimentação irregular desses recursos.

Ora, os fatos de que trata a denúncia apontam para a existência de estrutura criminosa, a que se imputa a prática, entre outros delitos, de crimes de gestão fraudulenta de instituição financeira. A competência para processar e



RHC 100.404 / RJ

julgar tais crimes, por força do art. 26 da Lei nº 7.492/86, é da Justiça Federal, que atrai a competência dos demais fatos conexos, por força do art. 76, III, do Código de Processo Penal.

Assim, considerando-se que os recorrentes – deputados estaduais – gozam de foro especial por prerrogativa de função, competente é o Tribunal Regional Federal, como já decidiu esta Corte (HC nº 80.612, Rel. Min. **SYDNEY SANCHES**, DJ 04/05/2001; HC nº 78.728, Rel. Min. **MAURÍCIO CORRÊA**, DJ 16/04/1999; HC nº 69.465, Rel. Min. **PAULO BROSSARD**, DJ 23/03/2001).

Não há, pois, ilegalidade por sanar quanto à competência do Tribunal Regional Federal da 2ª Região para o processamento do feito.

2. Ante o exposto, **nego provimento** ao recurso.



Ministro **CEZAR PELUSO**
Relator

SEGUNDA TURMA**EXTRATO DE ATA****RECURSO ORDINÁRIO EM HABEAS CORPUS 100.404**

PROCED. : RIO DE JANEIRO

RELATOR : MIN. CEZAR PELUSO

RECTE.(S) : GILSON ANTÔNIO DE SALES

RECTE.(S) : MARCOS DUARTE GAZZANI

RECTE.(S) : JOSÉ BRAZ MENEGATTI PENHA

ADV.(A/S) : DELANO SANTOS CÂMARA E OUTRO(A/S)

RECD.O.(A/S) : MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL

ADV.(A/S) : PROCURADOR-GERAL DA REPÚBLICA

Decisão: Negado provimento ao recurso por votação unânime. Ausentes, justificadamente, neste julgamento, a Senhora Ministra Ellen Gracie e o Senhor Ministro Joaquim Barbosa. **2ª Turma**, 09.03.2010.

Presidência do Senhor Ministro Cezar Peluso. Presentes à sessão os Senhores Ministros Celso de Mello e Eros Grau. Ausentes, justificadamente, a Senhora Ministra Ellen Gracie e o Senhor Ministro Joaquim Barbosa.

Subprocurador-Geral da República, Dr. Wagner Gonçalves.

Carlos Alberto Cantanhede
Coordenador